

OBS: No título da matéria encontra-se o link para a íntegra.

Diário Oficial da União

Regulamentação da Economia

Ministério da Fazenda

Conselho Monetário Nacional

[Resolução CMN nº 5.251, de 25 de setembro de 2025](#)

Altera a Resolução nº 4.790, de 26 de março de 2020, que dispõe sobre procedimentos para autorização e cancelamento de autorização de débitos em conta de depósitos e em conta-salário.

Fonte: DOU 29/09/2025

Banco Central do Brasil

Diretoria Colegiada

[Resolução BCB nº 505, de 25 de setembro de 2025](#)

Altera a Resolução BCB nº 51, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece procedimentos para autorização e cancelamento de autorização de débitos em conta.

Fonte: DOU 29/09/2025

Presidência da República

Câmara de Comércio Exterior

[Resolução GECEX nº 789, de 29 de setembro de 2025](#)

Prorroga direito antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos, aplicado às importações brasileiras de laminados planos de baixo carbono e baixa liga provenientes de lingotamento convencional ou contínuo, podendo ser processados através de laminação convencional ou controlada e tratamento térmico, de espessura igual ou superior a 4,75 milímetros(mm), podendo variar em função da resistência, e largura igual ou superior a 600 mm, independentemente do comprimento (chapas grossas), originárias da China, Coreia do Sul e Ucrânia.

Fonte: DOU 30/09/2025

Presidência da República

Câmara de Comércio Exterior

[Resolução GECEX nº 798, de 29 de setembro de 2025](#)

Prorroga direito antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos, aplicado às importações brasileiras de laminados planos de aços inoxidáveis austeníticos tipo 304 (304, 304L e 304H) e de aços inoxidáveis ferríticos tipo 430, laminados a frio, com espessura igual ou superior a 0,35 mm, mas inferior a 4,75 mm, originárias da China e de Taipé Chinês.

Fonte: DOU 30/09/2025

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Secretaria de Comércio Exterior

[Circular nº 74, de 29 de setembro de 2025](#)

Tornar público que se concluiu por uma determinação preliminar positiva de dumping e de dano à indústria doméstica dele decorrente, nos termos do Anexo Único.

Fonte: DOU 30/09/2025

Gerência de Relações Governamentais
nº 41. ano 2025. 06 de outubro de 2025

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Secretaria de Comércio Exterior

[Circular nº 75, de 29 de setembro de 2025](#)

Iniciar investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações da China para o Brasil de refratários básicos e não básicos, classificadas nos subitens 6815.91.10, 6815.91.90, 6815.99.19, 6815.99.90, 6902.10.18, 6902.10.19, 6902.10.90, 6902.20.10, 6902.20.91, 6902.20.99 e 6902.90.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Fonte: DOU 30/09/2025

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Secretaria de Comércio Exterior

[Portaria SECEX nº 438, de 29 de setembro de 2025](#)

Estabelece critérios para alocação de cotas para importação determinadas pela Resolução do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior nº 791, de 25 de setembro de 2025.

Fonte: DOU 30/09/2025

Banco Central do Brasil
Área de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução

[Instrução normativa BCB nº 669, de 29 de setembro de 2025](#)

Altera a Instrução Normativa BCB nº 512, de 30 de agosto de 2024, que dispõe sobre os limites de valor para as transações no âmbito do Pix, para ajustar os critérios que devem ser observados pelos participantes para estabelecer limites máximos de valor para as transações.

Fonte: DOU 30/09/2025

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Secretaria de Comércio Exterior

[Circular nº 76, de 30 de setembro de 2025](#)

Encerrar a revisão da medida antidumping instituída pela Portaria SECINT nº 4.434, de 1º de outubro 2019, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 50, de 1º de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) de 2 de outubro de 2024, sem prorrogação da referida medida, uma vez que não houve comprovação da probabilidade de retomada do dano à indústria doméstica decorrente da prática de dumping nas exportações da África do Sul para o Brasil de laminados planos de baixo carbono e baixa liga provenientes de lingotamento convencional ou contínuo.

Fonte: DOU 01/10/2025

Atos do Congresso Nacional

[Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 65, de 2025](#)

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.309, de 13 de agosto de 2025, publicada, em Edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Fonte: DOU 03/10/2025

Questões Institucionais

Atos do Congresso Nacional

[Resolução nº 30, de 2025](#)

Institui a Frente Parlamentar para o Desenvolvimento da Navegação Brasileira.
Fonte: DOU 03/10/2025

Legislação Trabalhista

Atos do Poder Legislativo

[Lei nº 15.222, de 29 de setembro de 2025](#)

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para prorrogar a licença-maternidade em até 120 (cento e vinte) dias após a alta hospitalar do recém-nascido e de sua mãe; e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de recebimento do salário-maternidade.
Fonte: DOU 30/09/2025

Ministério do Trabalho e Emprego Gabinete do Ministro

[Portaria MTE nº 1.681, de 2 de outubro de 2025](#)

Dispõe sobre os critérios e procedimentos para mensuração do compromisso de manutenção ou ampliação do número de empregos de que trata o art. 47-A, § 3º, da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, e o art. 3º da Resolução CMN nº 5.140, de 5 de junho de 2024.
Fonte: DOU 03/10/2025

Ministério do Trabalho e Emprego Gabinete do Ministro

[Portaria nº 1.680, de 2 de outubro de 2025](#)

Aprova o Anexo III - Escadas de Uso Individual, altera o item 35.6.9.1.1 e o glossário da Norma Regulamentadora nº 35 - Trabalho em altura.
Fonte: DOU 03/10/2025

Infraestrutura

Ministério dos Transportes Agência Nacional de Transportes Terrestres

[Decisão SUROD nº 1.003, de 26 de setembro de 2025](#)

Estabelece o modelo padrão de identificação da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT a ser implantado nas rodovias federais concedidas.
Fonte: DOU 29/09/2025

Gerência de Relações Governamentais
nº 41. ano 2025. 06 de outubro de 2025

Ministério dos Transportes

VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

[Resolução normativa DIREX - INFRASA nº 34, de 25 de setembro de 2025](#)

Aprovar a Norma do Programa MelhorAR, que regulamenta a Portaria nº 192, de 25 de fevereiro de 2025, do Ministério dos Transportes - MT, no âmbito da Infra S.A.

Fonte: DOU 30/09/2025

Atos do Poder Executivo

[Decreto nº 12.643, de 1º de outubro de 2025](#)

Altera o Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019, que dispõe sobre a qualificação de empreendimentos dos setores portuário, aeroportuário, rodoviário, ferroviário e hidroviário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização, e o Decreto nº 2.444, de 30 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, das rodovias federais que menciona.

Fonte: DOU 02/10/2025

Sistema Tributário

Atos do Poder Legislativo

[Lei complementar nº 218, de 24 de setembro de 2025](#)

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para explicitar que o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incidente sobre os serviços de guincho intramunicipal, de guindaste e de içamento é devido no local da execução da obra.

Fonte: DOU 25/09/2025

Ministério da Fazenda

Secretaria Executiva

[Ato COTEPE/ICMS nº 120, de 24 de setembro de 2025](#)

Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 43, de 27 de abril de 2023, que estabelece os requisitos e relaciona os contribuintes beneficiados pelo diferimento previsto no Convênio ICMS nº 199/22 e no Convênio ICMS nº 15/23, e a suspensão para armazenagem do EAC nos termos do Convênio nº 15/23 no cumprimento de obrigações, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022.

Fonte: DOU 25/09/2025

Ministério da Fazenda

Secretaria Executiva

[Ato COTEPE/ICMS nº 126, de 29 de setembro de 2025](#)

Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 48, de 4 de setembro de 2019, que dispõe sobre os Grupos e Subgrupos de Trabalho da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS.

Fonte: DOU 25/09/2025

Gerência de Relações Governamentais
nº 41. ano 2025. 06 de outubro de 2025

Atos do Poder Judiciário *Supremo Tribunal Federal*

[ADI 4786 ADI-ED](#)

Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ESTADUAL. TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES MINERÁRIAS. ACÓRDÃO EMBARGADO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS. RECURSO REJEITADO.
Fonte: DOU 01/10/2025

Ministério da Fazenda *Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil*

[Instrução normativa RFB nº 2.282, de 2 de outubro de 2025](#)

Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.228, de 3 de outubro de 2024, que dispõe sobre a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no processo de adaptação da legislação brasileira às regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária.
Fonte: DOU 03/10/2025

Infraestrutura Social

Atos do Poder Legislativo

[Lei nº 15.220, de 26 de setembro de 2025](#)

Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância), para criar sistema nacional de informação sobre o desenvolvimento integral da primeira infância.
Fonte: DOU 29/09/2025

Atos do Congresso Nacional

[Decreto nº 12.649, de 2 de outubro de 2025](#)

Regulamenta a modalidade de gratuidade do Auxílio Gás do Povo, de que trata o art. 1º-A, caput, inciso II, da Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021.
Fonte: DOU 03/10/2025

Meio Ambiente

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional *Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico*

[Resolução ANA nº 266, de 25 de setembro de 2025](#)

Altera o art. 7º da Resolução nº 124, de 16 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os procedimentos operacionais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União.
Fonte: DOU 29/09/2025

Presidência da República *Secretaria-Geral*

[Portaria conjunta MPI/MIR/SG-PR nº 198, de 24 de setembro de 2025](#)

Define as metas e os Indicadores para o décimo oitavo objetivo de desenvolvimento sustentável para monitorar o progresso das ações implementadas e os resultados alcançados.
Fonte: DOU 25/09/2025

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

[Instrução normativa IBAMA nº 19, de 30 de setembro de 2025](#)

Altera a Instrução Normativa nº 13, de 4 de novembro de 2022, que regulamenta a Taxa de Manutenção de Registro ou da Classificação do Potencial de Periculosidade Ambiental.

Fonte: DOU 01/10/2025

Atos do Congresso Nacional

[Decreto legislativo nº 205, de 2025 \(*\)](#)

Aprova o texto do Acordo no marco da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar relativo à conservação e o uso sustentável da diversidade biológica marinha das áreas situadas além da jurisdição nacional (Acordo BBNJ), assinado pelo Brasil em 21 de setembro de 2023.

Fonte: DOU 03/10/2025

Atos do Congresso Nacional

[Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 64, de 2025](#)

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.308, de 8 de agosto de 2025, publicada, em Edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Fonte: DOU 03/10/2025

Interesse Setorial

[Indústria Automobilística](#)

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços Secretaria de Comércio Exterior

[Portaria SECEX nº 437, de 29 de setembro de 2025](#)

Altera a Portaria Secex nº 72, de 18 de dezembro de 2020, para promover a distribuição dos saldos remanescentes das cotas de exportação de veículos para Colômbia referentes aos anos 1 (2017) e 2 (2018), conforme estabelecido no artigo 3º do Apêndice 5.1 do Anexo II do Acordo de Complementação Econômica nº 72 (ACE 72).

Fonte: DOU 30/09/2025

[Energia Elétrica](#)

Ministério de Minas e Energia Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética

[Resolução CGIEE nº 4, de 26 de setembro de 2025](#)

Fica aprovado o regulamento que define os índices mínimos de eficiência energética para as edificações residenciais, comerciais, de serviços e públicas.

Fonte: DOU 30/09/2025

Gerência de Relações Governamentais
nº 41. ano 2025. 06 de outubro de 2025

Ministério de Minas e Energia

Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética

[Resolução CGIEE nº 5, de 26 de setembro de 2025](#)

Consolida as atribuições dos órgãos e entidades competentes para a implementação dos procedimentos de avaliação e classificação da eficiência energética das edificações, nos termos da legislação vigente.

Fonte: DOU 30/09/2025

Ministério de Minas e Energia

Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A.

[Portaria nº 41, de 16 de setembro de 2025](#)

Dispõe sobre a designação da Comissão de Habilitação para fins de análise das Propostas Técnicas recebidas dos Proponentes, no âmbito da Chamada Pública Energia Zero.

Fonte: DOU 30/09/2025

[Alimentícia](#)

Atos do Poder Legislativo

[Lei nº 15.224, de 30 de setembro de 2025](#)

Institui a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (PNCPDA); cria o Selo Doador de Alimentos; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e revoga a Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020.

Fonte: DOU 01/10/2025

Atos do Poder Legislativo

[Lei nº 15.225, de 30 de setembro de 2025](#)

Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), para dispor sobre indicadores de segurança alimentar e nutricional que orientem a priorização das atividades do referido Sistema.

Fonte: DOU 01/10/2025

Atos do Poder Legislativo

[Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025](#)

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre o prazo de validade dos gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para estabelecer em 45% o percentual mínimo para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural no âmbito desse programa.

Fonte: DOU 01/10/2025

[Biocombustíveis](#)

Ministério das Relações Exteriores

Divisão de Atos Internacionais

[Declaração de intenções em matéria de cooperação bilateral sobre produção e uso de biocombustíveis entre o governo da república federativa do brasil e o governo dos estados unidos mexicanos](#)

O importante papel que os biocombustíveis produzidos de forma sustentável podem ter na redução da dependência dos combustíveis fósseis, na segurança energética, na redução das emissões de gases de efeito estufa e na geração de empregos, renda e desenvolvimento sustentável.

Fonte: DOU 01/10/2025

Diário Oficial Estadual

Questões Institucionais

Secretaria da Fazenda

Resolução SEFA nº 854, de 24 de setembro de 2025

Dispõe sobre a nomeação de servidores a comporem o Corpo de Coordenação do Confia Paraná e a Equipe Operacional do Confia Paraná.

FONTE: DOE 26/09/2025

Regulamentação da Economia

APPA

Portaria nº 126/2025/APPA

O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020, CONSIDERANDO os relatos apresentados pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD, designada através da Portaria nº 248/2024/APPA, no processo protocolado sob nº 21.513.831-3.

RESOLVE:

Art 1º ESTABELECE o Manual de Gestão de Documentos da APPA, contendo o Código de Classificação, Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-fim desta Administração, que estará disponível no site eletrônico.

FONTE: DOE 30/09/2025

Infraestrutura

Secretaria das Cidades AMEP

Portaria nº 100/2025/AMEP

EMENTA: Altera dispositivos da Portaria nº 41/2025/AMEP, de 16 de abril de 2025, que estabelece diretrizes para a solicitação e emissão de Anuência Prévia no âmbito da Região Metropolitana de Curitiba – RMC.

FONTE: DOE 30/09/2025

Sistema Tributário

Receita Estadual do Paraná

Norma de procedimento administrativo nº 4/2025

Dispõe sobre os procedimentos para a internalização na legislação tributária de atos normativos celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária.

FONTE: DOE 01/10/2025

Infraestrutura Social

Secretaria da Saúde

[Resolução SESA nº 1.548/2025](#)

Habilita os municípios a pleitearem adesão ao incentivo financeiro, vinculado aos Programas da Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2025.

FONTE: DOE 26/09/2025

Paranáeducação

[Portaria nº 31/2025- PREDUC](#)

Súmula: Institui a Política de Privacidade de Dados Pessoais no âmbito da Secretaria de Estado do Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO. O Superintendente do Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei nº 11.970, de 19 de dezembro de 1997, considerando o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, no Decreto Estadual n.º 6.474, de 14 de dezembro de 2020, que regulamenta a aplicação da Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, e ainda o contido no Protocolo n.º 24.740.033- 8.

FONTE: DOE 01/10/2025

Meio Ambiente

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

Câmara técnica do programa de conversão de multas

[Edital 01/2025 – retificação - processo de seleção interna de projetos](#)

Programa de Conversão de Multas Ambientais – Conversão Indireta

O Instituto Água e Terra através da Câmara Técnica do Programa de Conversão de Multas, instituída pela IN 02/2024 e nomeada pela Portaria 68/2025, vem convocar as Diretorias e Núcleos a apresentarem projetos de prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente.

Fonte: DOE 25/09/2025

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

[Resolução CERH nº 040, de 24 de setembro de 2025](#)

Aprova ad referendum o Plano de Aplicação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FRHI, referente ao período de 2025/2026.

FONTE: DOE 26/09/2025

Gerência de Relações Governamentais
nº 41. ano 2025. 06 de outubro de 2025

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

[Resolução conjunta SEDEST/IAT nº 09/2025](#)

Súmula: Institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional, constituído por representantes da SEDEST e do IAT, para elaborar minuta de regulamentação da Lei Estadual nº 22.265, de 13 de setembro de 2024, que altera a Lei Estadual nº 15.632, de 13 de dezembro de 2024.

FONTE: DOE 26/09/2025

AGEPAR

[Portaria n.º 56/2025-AGEPAR](#)

Altera a Portaria n.º 104/2024, alterada pela Portaria n.º 2/2025, alterada pela Portaria n.º 17/2025, alterada pela Portaria n.º 31/2025, que regulamenta o procedimento descrito na Resolução AGEPAR n.º 29/2024, de 13 de junho de 2024, a qual aprova o Plano de Fiscalização da Base de Remuneração Regulatória (BRR), referente à 3ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) do Serviço de Saneamento Básico (Água e Esgoto).

FONTE: DOE 30/09/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA

[Instrução normativa nº 61, de 26 de setembro de 2025](#)

Súmula: Dispõe sobre os procedimentos para o cancelamento administrativo do Cadastro Ambiental Rural – CAR.

FONTE: DOE 30/09/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA

[Instrução normativa nº 62, de 30 de setembro de 2025](#)

Súmula: Estabelece critérios e procedimentos para Autorização Ambiental em serviço de ligação de energia elétrica em áreas legalmente protegidas e em suas respectivas zonas de amortecimento no território do Estado do Paraná.

FONTE: DOE 01/10/2025

RESUMO DO DIÁRIO OFICIAL: Publicação Semanal da Coordenação de Relações Governamentais do Sistema Fiep. Este material é protegido por direito autoral, e sua reprodução total ou parcial está autorizada, desde que realizada a devida citação de fonte, sendo proibida a exploração comercial do mesmo.